



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 015/15 - TORNA PERMANENTE O FUNDEB/EDUCAÇÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0292/18	DATA: 15/05/2018	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 14h59min	TÉRMINO: 16h20min	PÁGINAS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELIAS DINIZ - Prefeito do Município de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais, e representante da Frente Nacional de Prefeitos — FNP.

HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE.

SUMÁRIO

Discussão acerca da proposta de substitutivo à PEC nº 15, de 2015, análise do texto e sugestões de aprimoramento. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

--



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Boa tarde a todos e a todas!

Declaro aberta a 29^a Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 2015, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB.

Lembro que esta é a 29^a reunião. A Comissão do FUNDEB chega agora a quase 30 reuniões.

Encontra-se à disposição dos membros cópias da ata da 28^a reunião, realizada em 8 de maio de 2018. Dispensada a sua leitura, declaro aprovada a ata.

Comunico que está disponível para V.Exas. a lista com a sinopse do expediente recebido. A Ordem do Dia de hoje prevê realização de audiência pública e deliberação de requerimentos.

Dando início à nossa audiência pública de hoje, agradeço a presença de todos e convido para tomar assento à mesa o Sr. Elias Diniz, Prefeito de Pará de Minas e representante da Frente Nacional de Prefeitos — FNP. O Prefeito Elias Diniz tem nos ajudado muito aqui na construção dessa PEC do FUNDEB. Convidado também o Sr. Heleno Manoel Gonçalves Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE.

Esta audiência atende aos Requerimentos nºs 3 e 4, de 2016, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, subscritos por mim, e têm como tema: Discussão da proposta de substitutivo à PEC nº 15/15 — análise do texto e sugestões para o seu aprimoramento.

Registro a presença da Sra. Solange Pelicer, Secretária Municipal de Educação de Campinas, São Paulo.

Antes de passar a palavra aos convidados, informo que eles terão 20 minutos para as suas exposições, podendo este tempo ser alterado. Logo em seguida, será concedida a palavra à Relatora, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, e aos demais Deputados. Ao fim das intervenções dos Parlamentares, será concedida a palavra, por 3 minutos, aos Consultores Legislativos desta Casa, para que possam se manifestar. As perguntas serão feitas ao final da palestra e deverão se restringir ao assunto da exposição.



A lista de inscrição para os debates se encontra à disposição das Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados na mesa de apoio.

Vamos dar início às exposições.

Passarei a palavra, por 20 minutos, ao Sr. Elias Diniz, Prefeito de Pará de Minas e representante da Frente Nacional de Prefeitos.

O Prefeito Elias Diniz dá exemplo para o Brasil, exemplo de boa e exitosa gestão. Ficamos muito felizes por poder vê-lo compartilhar conosco a sua administração no Município de Pará de Minas, neste momento em que o Brasil vive dificuldades, assim como todo o nosso Estado de Minas Gerais. O Prefeito tem sido forte e tem conseguido manter o seu Município com uma excelente gestão. Mais do que isso, tem melhorado os processos na área da educação e da administração pública. Ficamos muito felizes quando ele aceitou o convite para discutir conosco, porque trará a sua experiência efetiva de onde a vida acontece de fato, nos Municípios.

Pará de Minas está de parabéns por ter um Prefeito tão atuante, que nesta Comissão do FUNDEB celebra conosco a gestão exitosa!

Com a palavra o Sr. Elias Diniz, Prefeito de Pará de Minas, em Minas Gerais, representando aqui a Frente Nacional dos Prefeitos.

O SR. ELIAS DINIZ - Boa tarde a todos e a todas!

Deputada Raquel Muniz, eu só tenho que agradecer as palavras. A nossa missão é exatamente neste sentido, a de colaborar para que possamos fazer o melhor, porque o desenvolvimento de um país passa pela educação. A educação é a alavanca do desenvolvimento.

Temos grandes companheiros que estão colaborando com a Frente Nacional de Prefeitos, por intermédio do nosso Presidente Jonas Donizette. Quero agradecer à equipe da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME, à Secretaria de Campinas, que está aqui conosco, e a todos aqueles que fazem parte da nossa equipe junto à Federação.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao Heleno a colaboração. Ele faz parte da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Tenho certeza de que vamos somar um pouquinho!



A educação passa por um momento delicado, porque somos um Brasil de diversos Brasis. Quando se leva em consideração do Oiapoque ao Chuí, enxergam-se diversas particularidades. Enxergar essas particularidades dentro de uma federação, levando isso depois ao Município, e tentar buscar o melhor procedimento para a qualidade do ensino requer um desdobramento de todos.

Quando se coloca a Proposta da Emenda Constitucional nº 15-A, de 2015, objetiva-se que venha justamente ao encontro da pretensão de fazermos com que esses instrumentos — seja pedagógico, seja quanto à qualidade do ensino, seja quanto ao custo do aluno — possam ser realinhados, pois esse realinhamento não existe hoje.

Vamos fazer uma análise progressiva na linha do tempo.

O que acontece com a educação? Busquemos a década de 80. Havia uma particularidade voltada para o ensino profissionalizante, e os cursos em si eram restritos. Tínhamos essa restrição. Hoje, não, o Brasil tem diversos cursos, diversas especializações. E é necessária uma formação básica com solidez.

Esse lado sólido requer um trabalho conjunto, não simplesmente a educação, mas a ação social que possa fazer um monitoramento conjunto para com os pais, para com os educadores, para que o planejamento estratégico venha ao encontro do resultado. Simplesmente colocar recurso financeiro junto a um procedimento e não obter resultado é um desperdício do dinheiro do cidadão, do nosso contribuinte.

Quando se alinha a proposta, verificando-se de fato aquilo em que temos que trabalhar — trabalho e resultado —, com certeza, todos que estiverem dentro dessa metodologia, dentro desse procedimento, vão encontrar a curva de crescimento.

Percebemos que no Brasil há uma discrepância. Algo está errado. O nosso IDEB cresce em diversos Municípios. Quando se faz um processo comparativo, levando-se em consideração o PISA, os números são assustadores. Nós estamos caindo. O que está acontecendo? Daí vem a reflexão.

Quando se busca a inclusão do processo qualidade com o sistema de financiamento, isso vai trazer junto aos Estados e aos Municípios uma nova proposta, que vem ao encontro de um realinhamento. Esse realinhamento, para algumas cidades superiores a 10 mil habitantes, é necessário e urgente.

Primeiro, vamos falar de proposta pedagógica.



Quando se trabalha essa linha de financiamento, está-se deixando predisposta ao aluno uma infraestrutura básica que venha ao encontro dos anseios, inclusive os do educador, para que este tenha condições mínimas para alcançar esse objetivo: uma sala de aula em situação salubre; um material pedagógico que permita o acompanhamento e até mesmo o monitoramento do aluno por uma equipe externa; a integração e a socialização da família, com uma responsabilidade compartilhada.

Nós percebemos que esse modelo está discrepante do que acontece hoje no Brasil. Passamos por momentos difíceis, de crise econômica. Isso parece ser motivo para que simplesmente se diga: *"A formação do meu filho, a educação do meu filho é com vocês"*. Não, acho que nós temos que trilhar um novo caminho.

Tomando esse novo caminho, nós temos que agradecer muito à UNDIME, que está participando, ajudando, colaborando, por meio do Presidente Alessio, com o qual compartilhamos todas as sugestões e emendas que envolvem os arts. 193, 206 e 211. Provavelmente, estarão aqui na semana que vem, discutindo e acrescentando algo que vá melhorar o Fundo de Manutenção.

Eu estou aproveitando este momento para fazer algumas provocações. A Deputada Raquel Muniz sabe muito bem como funciona o sistema educacional e conhece também o sistema de saúde. O que nós estamos percebendo é a necessidade de gestão em nossos modelos. A educação também tem que trabalhar com gestão. De que adianta preparar a base, buscando, desde a creche, o lado qualitativo e humanista, a atenção social, e manter isso no ensino fundamental 1 e 2, se no ensino médio nós perdemos os nossos alunos? Nós perdemos os nossos alunos devido a um programa que não é bem claro na continuidade do ensino superior e nas oportunidades voltadas para o primeiro emprego. Nós estamos falando de novas tecnologias e novos métodos.

E a evasão no ensino médio é algo que nos surpreende. Ultrapassa 50% em alguns lugares! As crianças e jovens são preparados, ajusta-se todo um procedimento, e, quando chega o momento certo de colaborarem com o País, sendo cidadãos de bem, nós os perdemos para o mundo do crime, em alguns lugares. Isso nos preocupa.



Portanto, trabalhar um procedimento de qualidade, com metas e diretrizes, com uma proposta política que realmente vá ao encontro dos anseios da população quanto à formação de um cidadão, que deve ser preparado para o presente e para o futuro, na questão profissionalizante, é o que nós almejamos.

E quanto a trabalhar o financiamento da educação no que diz respeito aos 25% como proposta mínima, nós percebemos que há um desencontro no modelo municipal. Por que eu falo isso? Porque, primeiro, é preciso trabalhar o plano plurianual, desenvolver um planejamento para o exercício seguinte. Existem, dentro de um cenário macroeconômico, algumas tendências. Mas, infelizmente, todos os Prefeitos estão passando por imprevisibilidades.

Dou um exemplo. Vamos trabalhar com o orçamento de 100 milhões de reais. Este é um exemplo clássico. De repente se estabeleceu que 25 milhões de reais seriam destinados à área da educação. E o Prefeito entra no exercício seguinte, quando a economia entra numa retração. O resultado disso é que aqueles 100 milhões de reais passam a ser 80 milhões de reais. O prefeito não tem mais 25 milhões de reais para a educação. E o Prefeito corre o risco de cometer improbidade administrativa, porque está com o seu quadro fechado, está com o seu planejamento alinhado. Isso quer dizer que os Prefeitos acabam ficando reféns de um procedimento totalmente contrário.

Dando continuidade a essa questão do financiamento, digo que nós também vivenciamos uma situação totalmente atípica. Em relação ao censo escolar, há um exemplo clássico. Eu tenho, no meu exercício, dentro do censo para o mês de abril, mil crianças a mais dentro da minha rede municipal. Só vou receber o financiamento no ano que vem. Isso é totalmente contrário à proposta!

Nós temos que começar a fazer esse alinhamento do financiamento de forma progressiva, de acordo com o estado de necessidade de cada Município. Nós não podemos deixar rodar um exercício. Precisamos fazer esse procedimento, seja dentro de um quadrimestre, seja dentro de um semestre, para que esse financiamento da educação seja de fato complementar nas estruturas.

A educação tem que trabalhar de forma objetiva. O professor tem que receber; aquele que fornece um alimento também tem que receber; a equipe que faz o transporte público dentro da rede também tem que receber. Atrasar todo esse



procedimento cria uma desarmonia dentro do sistema e começa a colocar em risco o nosso sistema controle de qualidade custo/aluno. Esse estudo tem que ser muito bem dirigido para que possamos, de fato, fazer essa intervenção junto aos Municípios, através das nossas Secretarias.

Continuando a falar sobre as emendas que estão sendo modificadas, nós temos uma preocupação. O professor precisa ser valorizado, e muito. Temos que trabalhar a política voltada para sua qualificação constante. Trabalhar a geração 1.0 com alunos da geração 3.0 é um conflito muito grande. Quando eu falo de geração 1.0 com geração 3.0, refiro-me à geração que vem com as bases tecnológicas. E alguns dos nossos educandos não estão trabalhando as bases tecnológicas e estão colocando algumas restrições.

O financiamento da educação, até mesmo por meio do *royalty* do petróleo e o *royalty* do gás, precisa estar alinhado para que possamos, por meio desse alinhamento, dar oportunidade às gerações, alinhar as gerações.

E que esses recursos possam servir de entusiasmo! “*Puxa vida, estou falando a mesma linguagem!*” É tão difícil quando chegamos a um país e não conseguimos falar a linguagem dele.

Com relação à educação, é o mesmo procedimento: você está educando um aluno com a metodologia de uma época diferente, e ele está num outro momento. O uso dessas bases tecnológicas vai fazer com que esse aluno possa se desenvolver cognitivamente de forma significativa. Nós sabemos disso. Para isso, temos que ter esse alinhamento. Não adianta eu querer simplesmente trazer para o cenário atual uma máquina de datilografar, se temos *tablet*, *wi-fi*, *wireless*, que vão automaticamente implementar e agilizar os recursos, fazer com que, no sistema, os quadros sejam interativos e trabalhar esse lado interativo, conciliando o saber fazer — teoria e prática —, para fazer com que nossos alunos realmente possam ser destaque no Brasil e no mundo. Não adianta trabalhar só conceito teórico. A prática trabalha algo que vai ao encontro dos anseios desses alunos, dando-lhes oportunidade de estar em sala de aula fazendo o máximo possível.

“*Mas, Elias, como é que faço isso com uma criança?*” Em relação às crianças, temos que trabalhar todas as suas habilidades e competências, fazer com que elas saibam de fato os valores da vida, levando em conta os valores de casa, respeitando



questões que envolvem meio ambiente, regras de trânsito. É um conjunto de fatores que precisa estar sempre alinhado a uma base de financiamento. Não há como sair de alguns projetos.

É por isso que parabenizo a Deputada Raquel Muniz por esta PEC. Ela quer e vai fazer com que esta proposta seja aprovada, e nós vamos sair deste modelo que coloca a educação em risco. Nós estamos numa situação de risco que se conclui em 2020, e ainda é conflitante com 2024, quando entra o Plano Nacional de Educação. Ou seja, uma coisa entra em conflito com a outra. Vejam que interessante.

Somos totalmente favoráveis ao que foi exposto pelas emendas. Elas virão ao encontro de uma educação, de uma proposta que fará com que o País saia do estágio em que se encontra e parte para outro, o estágio de uma educação de integração multidisciplinar. Nós não podemos ficar dentro de uma proposta praticamente disciplinar. Os aparelhos dentro dos nossos Municípios precisam se integrar. Essa integração envolve ação social, saúde e outros setores.

Deputada Raquel Muniz, queremos colocar o que temos em termos de conhecimento, junto com os nossos profissionais, à disposição, para que possamos criar até mesmo outros fóruns. A educação é um organismo vivo que sofre mutações todos os dias. Se não estivermos atentos a elas, infelizmente estaremos fadados ao fracasso e à morte. O que nós queremos é o contrário: evoluir, viver e fazer com que este País seja referência para os demais.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Quero anunciar a presença ilustre da Relatora Professora Dorinha Seabra Rezende, cuja participação qualifica muito esta PEC, junto com a Consultoria Legislativa. Estou muito feliz neste mandato por ter conseguido apresentar tão importante proposta para o País. Mas, sem a ajuda de vocês, especialmente da Professora Dorinha, dos consultores e do Presidente Thiago Peixoto, não estaríamos realizando esta nossa 29ª reunião.

Agradeço a participação nesta audiência ao Prefeito Elias Diniz, de Pará de Minas, cidade do meu Estado, que representa a Frente Nacional de Prefeitos e que sempre participou desse debate na Comissão.

O próximo a usar a palavra, por 20 minutos, será o Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em



Educação — CNTE. Conseguimos, por meio de um trabalho coordenado, trazer diversos segmentos para debater, incluindo alunos e professores. Heleno hoje faz a brilhante representação dos trabalhadores na educação.

A educação no País às vezes acontece por milagre. O Prefeito sabe que, no nosso Estado, muitos professores das redes municipais e estadual estão sendo pagos de forma parcelada, não sabem nem o dia em que vão receber. Mesmo assim, nós os vemos comparecendo à escola, dando aula, acolhendo os alunos. Existem dificuldades de toda ordem — transporte escolar, atraso nos pagamentos. Ainda assim, conseguimos fazer educação, com muita dificuldade, mas, sobretudo, com muito amor.

Temos também exemplos de eficiência. Um deles é em Pará de Minas, onde o Prefeito, mesmo com tanta dificuldade, promove educação, e vai receber mais mil alunos no sistema educacional no próximo ano.

O SR. ELIAS DINIZ - Eu gostaria de complementar. Nós assumimos o Governo no ano passado e tínhamos um total de 2.600 crianças fora da escola, um número expressivo. Durante nosso exercício — concluímos agora —, colocamos 2 mil crianças na rede municipal. No ano que vem, vamos zerar esse déficit: todas as crianças dentro da escola. Não recebemos 1 centavo por isso, mas temos que assumir essa tarefa. Queremos trabalhar, valorizar o professor, ajudar, honrar esse compromisso, mas esse custo não é nosso. Que custo? Manter a alimentação dessas 2 mil crianças, honrar a folha de pagamento dos professores, ampliar e manter o sistema, pagar energia, água, etc. Há um conjunto de fatores, que não há como cumprir. Nós precisamos realmente desse financiamento para fazer o melhor pela educação. Sem educação, não há como o País se desenvolver.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradeço mais uma vez ao Prefeito Elias Diniz.

Passo a palavra à importante representação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE, sem a qual não é possível fazer educação no País, na pessoa do seu Presidente, Heleno Manoel Gomes Araújo Filho. Receba nossos agradecimentos. A CNTE tem um papel importante ao representar os professores de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO - Boa tarde.



Quero cumprimentar as Deputadas Raquel Muniz e Professora Dorinha Seabra Rezende e o Prefeito Elias Diniz.

Agradeço o convite para que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação pudesse também participar deste debate e construir para a criação do FUNDEB permanente. Esse fundo é fruto das lutas dos movimentos social e educacional brasileiro para garantir financiamento para toda a educação básica, e não apenas para o ensino fundamental, como era antes de sua criação.

Para tratarmos do conteúdo da PEC 15/15, Deputada Professora Dorinha, o debate, importante e necessário, precisa ser contextualizado. Estamos debatendo esse assunto no contexto de um golpe contra a democracia que ocorreu em 2016. A Constituição Federal disse, em 2009, que 2016 seria o ano do acesso à educação para as pessoas de 4 a 17 anos de idade. No ano de se universalizar esse acesso, foi dado um golpe na democracia, que não ficou isolado, a educação foi golpeada também. A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, aprovada pelo Congresso Nacional, é um golpe contra a educação. Não dá para pensar em FUNDEB permanente sem considerar a existência de emenda que, de forma inédita no mundo, reduz investimento em educação para os próximos 20 anos.

É preciso contextualizar o debate e ter em mente que, se não derrubarmos a Emenda 95/16, tudo que estamos construindo aqui poderá não contribuir para os objetivos propostos — mesmo que em 1996, com o FUNDEF — de universalizar o direito ao ensino fundamental. Hoje, não podemos dizer que 100% das pessoas de 6 a 14 anos estão na escola. Não estão! Podemos dizer que estamos próximos, mas não estão na escola 100% delas. Esse é um ponto sobre o qual precisamos refletir.

A Portaria nº 577, de 2017, do Ministério da Educação, reduziu a participação social de entidades importantes para a educação dentro do Fórum Nacional de Educação. A CONTEE — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino, que representa o setor privado, assim como a FASUBRA — Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos de Ensino Superior e Públicas do Brasil, a PROIFES — Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico e a ANPED — Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, maior associação de pesquisa e pós-



graduação, foram tiradas sumariamente do FNE. Então, como falar de participação social e envolvimento, se retiram as entidades representativas dos espaços de debate da política educacional?

É nesse contexto que estamos discutindo aqui a PEC 15/15, a PE do FUNDEB Permanente. Por isso, a CNTE e tantas outras entidades, junto com a Ação Educativa, estamos na campanha *Direitos valem mais, não aos cortes sociais*. Direitos valem mais! É isso que estamos discutindo ao tratar deste tema. Para a CNTE, o substitutivo apresentado pela Deputada Professora Dorinha avançou em pontos importantes, mas é preciso avançar mais. Consideramos que há demandas em que é necessário avançar, e há espaço para isso.

É importante um diálogo com outra PEC, que tramita no Senado, a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2017, que trata do mesmo tema, o FUNDEB permanente. O que o conteúdo de uma PEC tem a ver com o de outra? Como dialogar e trabalhar essa perspectiva para que não fiquemos com PECs cruzadas? Aprova-se uma no Senado, ela vem para a Câmara; aprova-se uma na Câmara, ela vai para o Senado; modifica-se e fica nessa... Então, dialogar com a PEC 24/17 é importante para avançarmos nesse processo de construção.

Devemos também avançar na incorporação de demandas históricas da sociedade brasileira. Em 2016, deveria ser universalizado o direito à educação. Em 2018, a UNICEF nos diz que 3,2 milhões de pessoas de 4 a 17 anos estão fora da escola. Existe uma demanda social que precisa ser atendida. Dados do IBGE apontam que 80 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais não concluíram a educação básica. Esse número está aumentando porque, como já foi dito aqui pelo Prefeito, ainda existe um funil. Da educação infantil até o ensino médio, o número de alunos se reduz. Então, mais gente está sendo colocada para fora da escola.

Temos que pensar em avançar nessa perspectiva de como incorporar as demandas da sociedade brasileira e as reivindicações históricas da nossa categoria. Há anos, com conferências da sociedade civil e dos Governos, como foi a Conferência Nacional de Educação — CONAE, em 2010 e 2014, apontamos propostas e rumos para atender a essa demanda da categoria.

Acredito que um ponto fundamental seja avançar na complementação entre as leis. Não podemos pensar no FUNDEB permanente como uma política isolada,



que, sendo aprovada, vai dar conta de atender às demandas da sociedade brasileira. Não vai dar. É preciso que ela seja complementada com o que esta Casa já aprovou ou venha a aprovar.

Estamos de pleno acordo com o art. 1º do substitutivo da Deputada Professora Dorinha, que trata da gestão democrática, da participação social. Mas, como garantir isso, se o Plano Nacional de Educação diz que todos os Municípios e Estados, em junho de 2016, deveriam ter lei específica para a gestão democrática? Quantos Estados têm? Quantos Municípios têm? O prazo venceu junho de 2016 — prazo dado por lei federal! Com certeza, esse conteúdo está repetido nos planos estaduais e municipais. Então, está na lei, e não está na prática.

Nós propomos a efetiva participação social para controlar os recursos do fundo, para que possam ser bem aplicados. Para isso, é preciso estimular a gestão democrática de fato. A sociedade brasileira está pecando nessa área.

Também estamos de acordo com o art. 2º, um avanço no que é possível fazer pela inclusão dos nossos estudantes. Aí, a medida provisória que mudou o ensino médio me vem à mente. Esta Casa estava debatendo um projeto de lei, veio uma determinação de cima para baixo, sem debate com ninguém, e impôs uma regra que muda o ensino médio.

Nós estamos afirmando que 52% dos Municípios — não são dados da CNTE, são dados da ONG Todos pela Educação — só têm uma escola de ensino médio. Mais da metade dos Municípios só têm uma escola, que funciona em três turnos. A medida provisória do ensino médio impõe que o ensino seja feito em período integral. Para onde vão esses estudantes? De um Município para outro? Com que passagem? Com que dinheiro? Com que recursos? Então, vamos colocar mais pessoas para fora da escola.

O art. 2º do substitutivo é perfeito, mas as medidas tomadas após o golpe foram na contramão do que se aponta aqui. É importante complementar essas legislações, para ver o que tem que se tirar e onde se precisa avançar de fato.

Também consideramos positivo o art. 3º do substitutivo. Entretanto, junho de 2016 era o prazo máximo para o Governo Federal garantir a lei do Sistema Nacional de Educação, que até hoje não chegou a esta Casa. Em 2016, tinha que ser



regulamentado o Custo Aluno-Qualidade Inicial e, em junho de 2017, o Custo Aluno-Qualidade Permanente. Nada foi feito.

Então, nada foi colocado em prática do que propusemos como sociedade, do que o Congresso aprovou, do que lutamos na CONAE para conquistar. O que nos garante uma efetivação positiva de um FUNDEB permanente, se a complementação não ocorre nos prazos que nós nos propusemos como sociedade brasileira?

Deputada Professora Dorinha, a redação pretendida ao § 6º do art. 4º privilegia a autonomia escolar. Entendemos que a PEC pode abrir portas para políticas de focalização, fazendo trabalhos específicos para atender cada nível.

O próprio conceito do Custo Aluno-Qualidade universal poderá sofrer mitigações, passando a valores diferenciados por escolas que ofertam uma mesma etapa ou modalidade de ensino. Nesse sentido, parece mais salutar manter a política de financiamento voltada para sistemas e redes de ensino — foi o que propusemos pela CNTE —, as quais implementarão de maneira universal as políticas públicas, sem desconsiderar as atuais possibilidades de incremento voluntário em ações que visem equalizar o atendimento escolar.

Chamamos a atenção para essa forma de financiamento do § 6º como contribuição para manter a política de financiamento voltada aos sistemas e à rede de ensino.

No art. 6º, para a CNTE, os recursos do FUNDEB devem incluir percentuais equivalentes a 20% da arrecadação do Imposto de Renda dos servidores públicos estaduais e municipais. Outra iniciativa importante consiste em aumentar os percentuais de vinculação do art. 212 nos patamares definidos pela 2ª Conferência Nacional de Educação — CONAE 2014: 22% para a União e 30% para os Estados, Distrito Federal e Municípios. Além disso, propõe-se que se agreguem as receitas provenientes da exploração de petróleo, gás e minérios.

Além do autofinanciamento do FUNDEB, o Estado brasileiro precisa investir numa reforma tributária que privilegie de fato os princípios da capacidade contributiva, aumentando as alíquotas dos subvalorizados impostos patrimoniais e instituindo imposto sobre grandes fortunas com vinculação para educação e outras políticas sociais.



Essas são as propostas que a CNTE defende na perspectiva de avanço no financiamento da educação, que também estão no documento final da CONAE 2014, que é a referência que o movimento educacional brasileiro utiliza para debater este tema.

Em relação ao art. 6º, inciso III, estudos realizados pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados apontam que a complementação da União no patamar de 40% seria mais apropriada para aproximar os atuais investimentos *per capita* dos Estados e Municípios.

Ouvimos o Prefeito agora, e ele traz a demanda. Como garantir que quem mais arrecada entre os três entes federados possa contribuir mais com quem menos arrecada, que é justamente o Município, onde há a maior demanda de atendimento de educação?

Então, os estudos da Casa apontam isso, e nós dos movimentos sociais, com estudos extraoficiais, colocamos que é necessário estabelecer um percentual efetivo de 50% de investimento por parte da União. Isso é o que nós defendemos e é o que está também indicado na PEC 24, que está tramitando no Senado.

Em relação ao inciso V desse mesmo artigo, que trata da forma como os recursos serão distribuídos, nós queremos apresentar duas considerações.

A primeira é que é preciso delimitar a abrangência dos recursos, fixando-os para aplicação na educação básica pública. A CNTE já apontou em sua primeira avaliação da PEC 15 os perigos da cobiça privada sobre o FUNDEB.

A segunda consideração é que a complementação prevista na alínea "b" supera os problemas de distribuição equitativa dos recursos federais, abarcando, por exemplo, Municípios com investimento *per capita*, dentro do total das vinculações, abaixo do atual FUNDEB, mas que não recebiam complementação da União em função das travas impostas pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, e pela Lei nº 11.494, de 2007. Portanto, a CNTE está de acordo com a redação da alínea "b" do inciso V, embora recomende acrescentar ao final da redação a vinculação explícita desse critério de distribuição ao CAQ definido nacionalmente. Essa é a ressalva que nós fazemos em relação ao inciso V do art. 6º.

Quanto ao inciso IX do mesmo artigo, seria importante introduzir o compromisso de o Estado brasileiro expandir a oferta de educação integral em



período integral. A lei estabelecerá a forma de cálculo dos custos *per capita* — FUNDEB e o total das vinculações — e as ponderações para distribuição de recursos às redes de ensino e destas às suas escolas, bem como os critérios de fiscalização institucional e social das verbas públicas. A lei também regulamentará a composição e aplicação do CAQ, devendo a redação incluir a expressão “definido nacionalmente”, assim como ocorre no § 1º deste mesmo artigo.

Consideramos que a PEC não tem coerência com o art. 206, inciso VIII, da Constituição Federal, que determina *“piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal”*. Os profissionais de educação são os professores, os nossos funcionários administrativos da educação e os especialistas, não se limitando somente ao magistério. Então, a PEC tem que ter coerência com o corpo permanente da Constituição Federal. Portanto, o corte que privilegia o segmento do magistério constitui antinomia, uma contradição jurídica que necessita ser corrigida dentro da PEC 15.

Por sua vez, a regulamentação do piso nacional para todos os profissionais da educação básica requer a destinação de 80% dos recursos do FUNDEB, uma vez que serão absorvidos mais profissionais, além de os do magistério. A PEC estabelece a destinação de 70%, o que já consideramos um avanço, pois hoje é de 60%, mas a reivindicação histórica da nossa categoria é para que 80% dos recursos sejam destinados às questões salariais do conjunto dos profissionais do magistério.

O atual piso do magistério possui previsão no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, o qual, pela nossa leitura, expirará em 2020, junto com o FUNDEB, E, salvo entendimento jurídico mais expansivo, a atual Lei do Piso do Magistério perderá eficácia, embora os ganhos até então absorvidos pela categoria estejam assegurados, o que requer a continuidade da política de financiamento dos salários e da carreira dos profissionais da educação.

Em vários Estados e Municípios, o piso virou teto para carreira. Nós temos, o valor de 2.455 reais, o correspondente ao salário do profissional de nível médio de jornada de 40 horas, sendo pago a professor com nível superior, ou seja, temos o



mesmo valor sendo pago para profissionais de nível médio e superior. Então, é importante pensarmos nessa perspectiva.

Nesse sentido, a CNTE propõe a inserção na PEC 15/2015 do compromisso de regulamentação das diretrizes nacionais de carreira em conjunto com o piso salarial profissional nacional dos profissionais da educação. Portanto, estamos falando aqui da Meta 18 do PNE, que trata do plano de cargos e carreiras unificado com base num piso profissional nacional para o conjunto dos profissionais da educação. A sugestão é que a PEC insira o que a Meta 18 aponta, na perspectiva também de se apontarem as diretrizes nacionais de carreira para o conjunto da nossa categoria, contempladas em projeto de lei que esta Casa recebeu em 2003. Até hoje não conseguimos sair daqui com essas diretrizes.

Então, em relação àqueles três avanços que eu citei, é importante que os projetos de lei possam se interligar com a PEC 15 nesse processo.

Compreendemos também que a PEC dá orientações quanto à vinculação dos recursos provenientes da exploração de petróleo e gás à educação, como fonte extra do FUNDEB. Registre-se que a proposta da CNTE consiste em agregar esses recursos ao financiamento do Custo Aluno-Qualidade — CAQ de forma universal, devendo este integrar as receitas do FUNDEB. Isso é o que propomos para esses recursos extras provenientes de petróleo e gás. Teríamos um valor maior — 75% dos recursos estariam disponíveis para a educação —, mas, com o golpe, perdemos uma lei aqui que tirou a possibilidade de termos mais recursos para educação quando se trata dos investimentos da exploração da camada do pré-sal.

Consideramos ainda que, embora a PEC 15 aponte a perspectiva de aumento da complementação da União ao FUNDEB e extra, o percentual de 30% e a progressividade de 1,5% são incompatíveis com as demandas reais e urgentes dos entes federados — estamos aqui ao lado do Prefeito.

Por isso, a CNTE reitera a necessidade de 20% para a complementação do atual regime de repasse do FUNDEB e 50% no total para financiar o Custo Aluno-Qualidade, conforme já está apontado na PEC 24, que tramita no Senado Federal.

Por fim, o artigo 8º trata de adequar a legislação infraconstitucional, especialmente a Lei Complementar nº 101, de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal — aos comandos maiores a Constituição.



Ora, se a Constituição Federal prevê vinculação de recursos para a educação e a valorização dos seus profissionais, a questão que levantamos é: como uma lei inferior veta ou limita o dispositivo da Carta Magna? Como uma lei inferior à Constituição nos proíbe de avançarmos na perspectiva dos salários? E é isto que nós escutamos nas negociações permanentes entre Prefeituras e Governo Federal: a Lei de Responsabilidade Fiscal impede que avancemos naquilo que a Constituição determina como vinculação e destinação de recurso.

Então, não se trata de flexibilizar os compromissos fiscais da administração pública, mas de viabilizar o cumprimento da regra constitucional que reserva recursos próprios para o seu cumprimento. Porém, o único ajuste necessário na redação refere-se à adequação do inciso XI, para atender à totalidade dos profissionais da educação, conforme definido no art. 61 da LDB.

Então, são essas as considerações que nós da CNTE trazemos para reflexão e debate. Como são demandas que consideramos importantes para a sociedade brasileira e para o conjunto dos trabalhadores da educação, vamos conversar muito com a Deputada Professora Dorinha, para que ela tenha as condições de incorporá-las no seu novo substitutivo após este período de debate desse primeiro substitutivo que ela apresenta.

Estamos à disposição para o debate.

Agradeço a atenção. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos ao Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Lembro a todos que esta é a nossa 29ª Reunião. Já realizamos aqui 26 audiências públicas. Realizaremos ainda mais três ou quatro audiências, sendo uma delas com o Ministro da Educação.

Em seguida será feita a leitura do substitutivo. Já posso falar para os senhores que, nessas 26 audiências públicas, todos os palestrantes, todos os painelistas que estiveram aqui foram unânimes em concordar com a necessidade de tornar o FUNDEB permanente. Todos que vieram aqui deixaram a suas contribuições — eu peço ao Sr. Heleno que deixe por escrito as suas. A nossa



Assessoria Legislativa estava aqui atenta anotando, assim como nossa Relatora, mas é importante registrarmos todos os detalhes.

Como resultado dessas discussões, assim como de reuniões com membros da Comissão e com a Assessoria Legislativa, a Comissão entendeu aprimorar o FUNDEB. O objetivo desse substitutivo é tornar o FUNDEB permanente, que é uma pauta da unanimidade dos que participaram, como foi visto pelos Parlamentares.

Temos a certeza de que vamos entregar ao Brasil um novo FUNDEB, dentro da Constituição, mas, sobretudo, com aprimoramento, com avanço, feito com as mãos de várias pessoas que estiveram aqui presentes, às quais agradecemos.

Agradeço as valiosas contribuições à discussão do tema.

Concedo a palavra à Relatora da PEC 15/2015, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde.

Eu gostaria de agradecer de maneira especial ao Prefeito de Pará de Minas, o Sr. Elias Diniz, que aqui representa a Frente Nacional dos Prefeitos, pela participação. Já tivemos aqui a participação da CNM.

Agradeço também ao Sr. Heleno, representante da CNTE, pela presença e pelas sugestões apresentadas.

Comparando com o trabalho realizado quando da PEC 24, eu considero que avançamos muito no que diz respeito ao nosso nível de maturação no debate. Já realizamos muitas audiências públicas, o que tem não só contribuído para a PEC, mas também dado subsídios para a elaboração da lei de regulamentação, que é uma tarefa a que esta Casa vai ter que se dedicar — e muitos temas sugeridos não vão ser tratados na PEC.

Eu vou fazer algumas perguntas. Logicamente, as sugestões das entidades vão ficar disponíveis, para que possamos tentar aprimorar o texto. A minha preocupação é com o que vamos conseguir construir, porque nós temos que votar o texto nesta Comissão e aguardar o período legal para votar em plenário. Mas a nossa ideia é conseguir agregar e amadurecer — e vamos precisar muito da ajuda de todos na mobilização dos Deputados e Deputadas para a votação deste tema recorrente e importante: a constitucionalização do financiamento.



Existem os desafios do Plano Nacional de Educação, do piso, da carreira. Eu considero que nós temos ainda um longo caminho pela frente. Infelizmente, quando o tema é educação, esta Casa não tem mostrado interesse.

Prefeito, desculpe-me, mas eu acho que não só a Casa mas o Brasil como um todo nunca assumiram a educação como uma pauta urgente, como uma necessidade do País do ponto de vista estratégico. Nós sempre olhamos a questão como uma quebra de braço por recursos.

Nós sabemos que as dificuldades são imensas. Eu já fui Secretária de Educação e Presidente do Conselho e sei como é lidar, no âmbito do Governo, com a busca de recursos. Quando buscamos financiamento, há sempre uma quebra de braço, quase como se fôssemos inimigos do restante da gestão.

E os números mostram isso. Muitas crianças e jovens e adultos estão fora da escola. Existem muitas escolas cujos prédios são inadequados e que não podiam ser chamadas de escola. A carreira não consegue atrair — muito menos manter — bons profissionais.

Considerando o investimento por aluno nos países membros da OCDE, observa-se que o Brasil está muito longe do necessário para garantir sequer o investimento inicial dentro da linha do Custo Aluno-Qualidade, que esta Casa defende e que nós votamos dentro do Plano Nacional de Educação.

Sr. Heleno, eu não posso deixar de dizer que, desde o período inicial do FUNDEB, passamos por diferentes gestões, e nunca houve nenhuma iniciativa de colocar um mínimo maior do que os 10%. Então, talvez não devêssemos fazer um discurso de aumentar esse percentual para 50%, 40%, 30%, 20%, ou mesmo fazer de início uma proposta de aumentá-lo em 5%, o que equivaleria a um aumento de 50% no mínimo.

Se conseguirmos avançar, tenho pleno desejo de chegar aos 40% ou 50%, mas historicamente nem quem disse que investiu tudo o que podia ou quem priorizou a educação alcançou isso. Nós nunca tivemos 10,5% ou 11% de complementação do FUNDEB.

Nós temos uma tarefa imensa, por isso precisamos fazer esse esforço suprapartidário de sinalização de prioridade para a educação. Nós estaríamos em



uma situação melhor, se tivéssemos avançado gradativamente na complementação do FUNDEB ao logo dos anos.

Acho que o princípio sempre esteve errado. O Brasil sempre partiu do que tinha para investir em educação e dividia, em vez de partir do que era necessário. Por isso nós não saímos dos 10% de complementação.

Algumas das participações sugerem a vinculação não de 20% na cesta do FUNDEB, mas de 25%. Quero saber o que ambas as instituições pensam em relação a essa vinculação de 25% de MDE nessa vinculação ao FUNDEB.

Foi também apresentada por outras entidades a entrada de outros tributos nessa cesta. O que vocês pensam em relação a isso? A CNTE apresentou, inclusive, uma sugestão objetiva em relação aos impostos. Mas existem impostos municipais específicos que não participam da cesta do FUNDEB e que são arrecadados de maneira irregular. A maioria dos Municípios que têm essa arrecadação significativa é de Municípios grandes, salvo algumas exceções.

No que diz respeito à PEC 24, Héleno, nós nos colocamos à disposição. Podemos até tentar fazer uma reunião informal em conjunto com algumas representações. Peço ao Roberto que tentemos combinar isso. Não interessa quem vai aprovar primeiro, o que interessa é conseguirmos aprovar um bom texto. Nós estamos disponíveis para acrescentar o que for possível ser aprimorado, a partir da nossa discussão. Acho que podemos tomar essa iniciativa sim.

Permitam-me fazer um esclarecimento a respeito do texto, juntamente com uma pergunta.

A nossa proposta de trabalho para o financiamento do FUNDEB tem que estar atrelada à questão do CAQ, que é a nossa referência de padrão e de aplicação do próprio investimento dos recursos da educação. Então, nós concordamos com isso.

Sobre o Plano Nacional de Educação, infelizmente, desde a comemoração do primeiro ano, nós não tínhamos nenhuma meta cumprida. Esta Casa vai, inclusive, realizar, no dia 20 de junho, um seminário nacional de avaliação do Plano.

A Comissão de Educação também estabeleceu uma agenda de votação de temas importantes, entre eles o Sistema Nacional de Educação. O Ministro esteve aqui na semana passada. Temos um prazo para finalizar sugestões ao texto do



Sistema Nacional. E a Comissão de Educação tem como prioridade a votação do texto, que não veio do Executivo. Trata-se de texto apresentado pelo Deputado Ságuas Moraes, com a relatoria do Deputado Glauber Braga. Então existe uma meta de votação em relação ao Sistema Nacional de Educação.

Eu não entendi a proposta em relação à distribuição por sistema, Heleno. O que você quis dizer em relação a isso? Peço que você detalhe isso um pouco mais.

Entendi que você sugere a entrada do Imposto de Renda dos servidores públicos municipais, estaduais e federais.

Você também fez uma referência ao aumento dos percentuais e fez uma afirmação, no final, sobre 20% do FUNDEB e 50% do CAQ. Você pensa separadamente ou é uma composição? Não consegui compreender a lógica da sugestão que a CNTE apresentou.

Eu quero finalizar falando em relação aos prefeitos, principalmente. Nos estudos realizados e mencionados aqui, como a simulação e os estudos que basearam a própria proposta — vários estudos foram realizados —, entre eles há a questão da correção da distorção em relação ao desenho de complementação, que hoje é feito para os Estados que não atingiram o mínimo.

Há alguns Municípios que deveriam receber complementação, mas não estão recebendo, e há Estados que recebem complementação; e há também Municípios que não deveriam receber, mas estão em Estados pobres que recebem.

Nós temos uma alternativa que contempla uma redistribuição completa de todos os recursos, numa lógica de correção da distorção, que é o que nós apresentamos. E não entrariam todos os recursos, mas seriam considerados todos os recursos que compõem a MDE, as despesas de educação. Isso corrigiria em médio prazo, ou até em curto prazo, essas distorções.

A CNM defende que seja feita a correção imediata de todos os recursos, num novo desenho de distribuição. A opção feita nesse primeiro substitutivo trouxe, primeiro, a nossa preocupação em relação aos Municípios e aos Estados que já recebem complementação há algum tempo e têm despesas já criadas, com cursos realizados, estruturas e demandas de atendimento.



O Prefeito mencionou a dificuldade de obtenção dos dados, a demora na contagem dos alunos, no censo escolar, a falta de retorno aos Municípios que realizam seu esforço. Vários palestrantes também disseram isso.

Hoje o desenho estimula negativamente a busca de novos alunos, o atendimento e o cumprimento da universalização em relação à perda de alunos. Principalmente os pequenos Municípios sofrem muito.

A pergunta sobre a sugestão de vocês é: nós ignoraríamos o desenho feito até agora e trabalhariam em um desenho do FUNDEB com um novo fundo, numa nova lógica, sem levar em consideração o que os Estados e os Municípios já recebem de complementação no desenho atual? Hoje são nove Estados, um ano ou outro, chegamos a ter dez Estados que recebem complementação.

Houve algum estudo interno, tanto da CNTE quanto da Frente, em relação ao desenho de redistribuição dos recursos do FUNDEB?

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Passo a palavra aos expositores para resposta às indagações da Deputada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Podia passar a palavra aos consultores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Os consultores já foram indagados sobre se queriam falar. Alguém deseja se manifestar? (*Pausa.*)

Agradeço a presença aos consultores, sempre atentos: Paulo Sena, Ricardo Chaves de Rezende Martins, Ana Valeska Gomes, Mauricio Holanda, Cláudio Riyudi Tanno.

Eles foram consultados, ouviu, Deputada Professora Dorinha?

Alguém deseja falar? (*Pausa.*)

Vamos passar a palavra aos expositores, para que possam responder às indagações da Deputada Relatora Professora Dorinha e já fazer, também, suas considerações finais, já que teve início a sessão do Congresso.

Antes de passar a palavra aos expositores, eu queria lembrar mais uma vez a vocês que vêm participar das nossas palestras — os consultores, a Secretaria de Campinas, que se faz presente aqui hoje — que vocês são testemunhas desta



nossa discussão aqui. Quando chegarmos ao momento da discussão final — e são vários os Deputados que participam dos debates aqui, titulares e suplentes —, lembrem que esta discussão foi ampla, feita com o Brasil inteiro. Quando chegarmos à fase final, nós não queremos escutar críticas infundadas de que nós não debatemos o assunto, de que não abrimos espaço. O espaço continua aberto. A nossa Relatora e a nossa Comissão estão recebendo sugestões ainda.

Concedo a palavra ao Prefeito de Pará de Minas, Elias Diniz.

O SR. ELIAS DINIZ - Bom, esse assunto é complexo, sabe, Deputada Professora Dorinha? V.Exa., que também já foi Secretária, sabe o quanto o sistema é amplo. E nós temos diversas particularidades. Volto a reiterar que este é um Brasil de diversos Brasis.

Existe um caminho. Esse caminho é uma luz no fim do túnel. Nós temos Tribunais de Contas em todos os Estados. Mas, quando se busca a análise de certa escola, não se consegue. Só se consegue a análise dentro de um sistema maior, ou seja, com a integração de todas as escolas na mesma conta. A partir do momento em que se tiver a subdivisão dessas contas dentro de um processo analítico, vai se conseguir enxergar essa escola na sua totalidade, levando-se em consideração quantos alunos estão sendo atendidos, quantos alunos, de fato, utilizam-se da estrutura voltada para a alimentação, voltada para cargos e salários daquele grupo de professores. Com isso, nós vamos enxergar um *big data*, o sistema na totalidade.

Quando se enxerga esse processo, consegue-se criar um BI, um banco de dados inteligente, que vai começar a criar as linhas de corte. *“Eu preciso investir mais ali, porque o meu sistema qualitativo está aquém”*. Com esses dados, eu consigo aplicar um processo avaliativo, seja do educador, seja do educando, de forma padronizada. Nós precisamos ter essas ferramentas, para que consigamos fazer isso.

Uma das alternativas, então, conforme eu disse, é buscar junto aos Tribunais de Contas dos Estados... porque cada Estado tem o seu plano de contas. Alguns Estados adotam o processo analítico; outros Estados têm, simplesmente, o sistema sintético do modelo educacional. Com isso, nós teríamos condição de ter uma leitura mais ampla, para saber, de fato, o que nós vamos fazer em termo de recursos.



De 20% para 25%, no primeiro momento, é necessário para determinadas escolas; para outras, não. Se eu tenho uma escola, conforme foi dito há pouco, com 25 alunos no ensino fundamental e coloco, no Estado, 40, 45 alunos, isso muda toda a composição financeira, mas muda, também, o sistema qualitativo. Nós temos de discutir isso.

Agora, o que nos surpreende é o seguinte: um prefeito tem toda a sua subdivisão, em termos de responsabilidade. Gasta-se mais com saúde do que com educação, neste Brasil. Trinta e um por cento dos recursos são gastos com saúde. Em educação é que nós tínhamos de gastar 31% dos recursos! Nós temos que trabalhar preventivamente. Educadores, com uma estrutura bem ajustada, qualificada, com crianças alimentadas à altura, eu tenho certeza de que os gastos com a saúde vão cair significativamente. E o mínimo que nós temos de gastar na saúde é 15%, mas gasta-se o dobro. Se formos seguir essa mesma linha proporcional, se estão destinados 25% para a educação, deveríamos gastar 50%. Então, nós precisamos analisar esses novos aspectos para que possamos enxergar de forma macro e trabalhar de forma preventiva.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Passo a palavra ao Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho para suas considerações finais e para responder às indagações da nossa Relatora, a Deputada Professora Dorinha.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO - Quero concordar com a Deputada Professora Dorinha. Quando tratei da prioridade dos investimentos em educação, não me referi apenas ao período do Governo golpista, de 2016 para cá; eu me referi também à sociedade brasileira, ao longo da sua história e de seus avanços.

Por mais que qualquer Governo que passou por este País tenha investido em educação, continuamos com a demanda existente. O que a sociedade se propôs a cumprir, no papel, deixou de fazê-lo como um todo. Por isso, nós da CNTE, mantemos a nossa reivindicação histórica. Não acreditamos que saindo de 10% para 15% vamos ter avanço substancial. Não vamos! A Deputada já trouxe um dado comparativo. Quem é contra o investimento em educação diz que o problema não é de falta de recursos, mas de má gestão. No entanto, a Deputada lembrou bem que,



quando se compara o Brasil com outros países com potencial econômico menor do que o nosso, vemos que o investimento por aluno lá é maior.

Então, há algo muito errado aqui. Pelo tamanho que nós temos, pela quantidade de recursos que nós produzimos, não há, de fato, prioridade em se garantir o direito à educação, que está estabelecido na Constituição Federal como direito permanente dos nossos estudantes.

É por isso que nós estamos lutando e afirmo aqui que, se de fato não quisermos empurrar por mais 10 anos, ou por mais 14 anos, como fizemos desde 1988... Quem pegar a Constituição de 1988 verá que era objetivo universalizar o direito à educação e acabar com o analfabetismo. Dez anos depois, o que aconteceu? Mudamos a lei e colocamos um prazo de mais 10 anos, com o FUNDEF. Passaram-se 10 anos, mudou-se a lei de novo e se colocaram mais 14 anos. O que vamos fazer agora? Vamos aprovar uma lei permanente, para, de forma vegetativa, alcançarmos esse objetivo? Não vamos interferir nessa história? Não vamos ser sujeitos fortes para mudar esse processo?

O que nós trabalhadores da educação estamos apontando é que, se de fato queremos interferir nesse processo e garantir o direito à educação para cada cidadão e para cada cidadã, temos de avançar.

Aí partimos, como foi referido no texto, de estudos feitos nesta Casa. A assessoria, que tem domínio, que trata do assunto, que conhece o conteúdo, é quem aponta as necessidades.

Entendo que a Deputada Professora Dorinha, como Parlamentar e com o objetivo de alcançar a aprovação do documento, vai também trabalhar dentro da realidade existente, mas é importante que afirmemos aqui que essa realidade existente é pouco para atender um direito, uma demanda social. Temos de ter essa clareza. Se quisermos de fato atender, temos de avançar mais.

Nós defendemos, lá atrás, nossa posição de que 25% poderiam constituir o fundo para a educação básica. Por quê? Porque nós temos a distribuição. Precisamos da regulamentação do Sistema Nacional de Educação para afirmar isso, mas já foi apontado que o Estado tem de garantir o ensino fundamental e o ensino médio, mas parte dos recursos da MDE vai para a educação superior, que é responsabilidade da União. O Município tem uma trava maior da LDB. O Município



só pode gastar os 25% depois que atender a demanda da educação infantil e fundamental. Se ele quiser fazer o ensino médio, até pode, desde que atenda com os 25% o ensino infantil e o fundamental. É isso que cabe ao Município. Então, já há um avanço. O Estado, não. Ele já pega os 25% e aplica na educação superior, que é uma atribuição da União, e a União não contribui com mais recursos para ajudar nesse processo.

Então, um ponto a se pensar é ter os 25% vinculados a um processo de investimento na educação básica, por conta da demanda social que aí está. Se os 18% da União e os 25% de Estados e Municípios não estão dando conta desse processo, então, que, momentaneamente, avancemos nesse percentual, na perspectiva de aumentar os recursos e colocar dentro da escola quem está fora e, como a Deputada lembrou muito bem, ter estrutura adequada para que quem estiver dentro se sinta confortável para não ter que sair ou ser expulso, como nós expulsamos os nossos alunos.

É importante ampliar esse percentual de 25% para o fundo. É importante ampliar os impostos nesse processo. Já apontamos alguns tributos na nossa proposta. O documento da CONAE aponta outras. Vamos deixar por escrito aqui para que a Deputada possa continuar avaliando esse processo.

Fizemos, Deputada, algumas observações sobre preocupações em relação ao texto. Por exemplo, o § 6º do art. 4º, fala da distribuição entre escolas. É preciso cautela para que não se crie, lá na frente, uma distorção de diferenciação, de focalização das políticas, de custo aluno por escola distinto daquilo que é financiado pelo sistema. Hoje, financiamos o sistema, e os valores são distribuídos por alunos para serem trabalhados dentro da rede. O texto pode induzir a uma distribuição de recursos por escola, com valores distintos nesse processo. Essa é a preocupação que levantamos, porque pode-se induzir tratamento diferenciado e focalizado na distribuição de recursos dentro do sistema. Então, vejamos se a redação não dará brecha para isso. E que continuemos num processo de financiar o sistema para que ele possa administrar o conjunto da sua rede.

Precisamos superar também a forma como é feita hoje a distribuição de recursos, porque hoje temos uma tabela pela qual apenas se distribuem os recursos sem considerar essa referência que a Deputada também aponta no texto, que é o



Custo Aluno-Qualidade. Se nós sabemos que a educação infantil tem gasto maior, por que ter uma ponderação menor nesse processo? Como vamos avançar na regulamentação, para garantir uma distribuição que dê conta tanto do processo de atendimento da educacional infantil, na qual temos metas a serem alcançadas, como também da escola de formação integral aos nossos estudantes, que é o que queremos de fato. Como vamos conduzir essa distribuição de recursos, no processo de um FUNDEB permanente?

Eram essas as nossas anotações, Deputada Professora Dorinha. Não sei se ajudam. Mas estamos sempre à disposição para dialogar a qualquer momento.

Agradeço mais uma vez o convite e a oportunidade de estar aqui.

Colocamo-nos à disposição para dialogar — tanto nós da direção da CNTE quanto os nossos assessores e os assessores da Deputada —, para podermos trabalhar e avançar nesse conteúdo, a fim de que ele se aproxime ao máximo do que nós da educação defendemos, para daí partirmos para o que a Deputada, com razão, disse, ou seja, ganhar este Congresso, ganhar a sociedade.

Precisamos ganhar a sociedade, Prefeito, convencendo-a de que a educação é uma política fundamental para dar a ela uma vida digna e melhorar suas condições de renda, de saúde. Precisamos de fato ter a educação como prioridade — e nas eleições de 2018 vamos ouvir muito isso. Que de fato as prioridades se efetivem nas ações concretas da nossa construção nas três esferas de governo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Antes de passar a palavra à Deputada Professora Dorinha, gostaria de lembrar a todos desta Comissão e a todos que estão nos assistindo pela TV Câmara que temos que ser gratos.

E temos de falar da nossa história com relação à educação, que muitas vezes não era permitida às mulheres. O número de mulheres que chegavam ao ensino superior era bem inferior ao de hoje. Atualmente, há quase um empate. Em alguns Estados elas estão até na frente, inclusive na produção científica.

Hoje vale fazer um registro. Eu, que estou presidindo hoje esta reunião da Comissão de Educação, sou pedagoga, sou médica. Está aqui a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que foi Secretária de Educação. Nós somos incansáveis aqui.



No início, a educação era realizada em casa, às vezes pelas mães. Estatisticamente, acredito que hoje as mulheres estão em maioria no ensino, especialmente na educação básica. Nós melhoramos muito, avançamos. Mas essa é uma demanda quase como a da saúde, vai aumentando infinitamente.

Na minha região, por exemplo, tínhamos uma ausência de professores com nível superior. A minha cidade é a mesma do Darcy Ribeiro, conterrâneo que deixou uma contribuição importante para o Brasil. Eu às vezes faço uma crítica ao trabalho dele — se é que eu posso fazer isso (*riso*) —, dizendo que, apesar de ele ter deixado um legado grande para o Brasil e para o mundo, a minha pequena Montes Claros ele não representou, porque não foi Vereador, Prefeito, Deputado nem Senador da nossa região; ele foi Senador pelo Rio de Janeiro. É claro que existem inúmeros motivos para isso, até porque, naquela época, não havia ensino superior em Montes Claros, e ele teve que ir embora. Muitos cérebros deixaram de ficar lá contribuindo para a nossa região.

Na minha humildade, digo que, com essa PEC do FUNDEB, eu quero, sim, melhorar o norte de Minas, uma região semelhante ao Nordeste brasileiro. Nós já avançamos, já melhoramos bastante. Isso tem que ser a motivação para continuarmos. Essa é uma responsabilidade de todos nós que estamos neste momento aqui no Congresso. Temos de dar esse salto que, como eu falo, muitas vezes é de qualidade.

O Sr. Heleno falou da questão da gestão, mas o problema não é só a gestão. Há vários fatores. Mas não podemos deixar de mostrar exemplos exitosos deste País. Mesmo com toda a dificuldade, algumas cidades conseguem ainda apresentar itens importantes.

No Brasil, ainda falta um investimento total do Governo e um tratamento adequado às necessidades de cada Estado. Eu acho que vale a pena mostrarmos que ainda podemos avançar muito e que existem modelos como o do nosso Prefeito Elias Diniz, na nossa querida Pará de Minas, em Minas Gerais, Estado que é um dos primeiros colocados no *ranking* dos índices da educação.

Concedo a palavra à nossa Relatora, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE -**

Logicamente, vamos estudar todas as sugestões apresentadas e outras que porventura os senhores puderem nos enviar.

Sr. Heleno, vamos olhar com carinho a questão que o senhor levantou sobre o piso. No nosso entendimento, existe já um tratamento específico, mas, em relação às diretrizes de carreira, as que nós temos são antigas — se eu não me engano, de 1997. Então, no que se refere a essa questão de pessoal, de carreira, mesmo as preocupações apresentadas que não vão ser tratadas aqui, vamos deixar a determinação, o cuidado e o alerta no sentido de tudo que puder ser definido seja tratado na lei específica.

Há outra situação que nos chamou a atenção. Eu acho que, em momento algum, houve a intenção de determinar um valor por escola. A nossa ideia é diminuir um pouco a diferença. Hoje eu acho que existem 17 ou 18... Na verdade, não existe essa diferença, até porque, na hora da aplicação, os sistemas não têm como fracionar. *“Esta escola tem 10 alunos com deficiência. Essa outra tem 10 ou 15 casos de atendimento de EJA.”* Trata-se de um conjunto que os sistemas têm para aplicar. Na verdade, não há essa intenção — nem pode haver, até porque não seria bom para educação, muito menos praticável para todo o sistema em termos de gestão.

Há também a preocupação em relação ao piso e à carreira. Na Comissão de Educação, se eu não me engano, veio à tona a ideia do piso, por causa de uma nova proposta que tinha vindo. Na época, a Deputada Fátima e eu fizemos parte de um grupo de trabalho para segurar a questão do reajuste do piso. A nossa preocupação não diminuiu. Se, por um lado, sabemos que gestores têm dificuldades em muitos lugares, por outro, nós percebemos naquele exercício que Estados muito pobres, como Alagoas, deram conta de fazer a sua tarefa de casa. Basta fazer ajustes em muitos caminhos que são às vezes adotados do ponto de vista de gestão.

Com isso, não estamos querendo dizer que não falte dinheiro; falta, sim. Nunca houve uma complementação do piso para nenhum Estado ou Município, seja porque não havia valor definido, seja porque ficou em aberto.



Na verdade, do jeito que ficou a legislação, foi quase um conto do vigário o que foi passado para os gestores. Diziam: “*A União vai complementar onde não se conseguir atingir o mínimo para o piso*”. Mas nós sabemos que isso não ocorreu. Então, existe essa preocupação permanente, sim. Vamos tentar garantir o que pudermos em relação a esses pilares.

Pediram-me para falar novamente porque estamos tentando votar alguns requerimentos. Temos feito o apelo, mas infelizmente os Deputados e as Deputadas não comparecem, embora este seja um tema estratégico e importante. Nem assim temos conseguido a presença para enriquecer o debate e para haver mais gente nos ajudando a empoderar este que é um tema tão importante.

Agradeço mais uma vez e peço que nos enviem contribuições formais que possam nos ajudar.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos à Relatora, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Como não há quórum regimental, infelizmente a Comissão não poderá deliberar os requerimentos. Ainda assim, há um esforço conjunto, e hoje nós realizamos a 29ª Reunião.

Antes de encerrar esta audiência, quero agradecer a participação do Sr. Heleno Manoel e do Sr. Elias Diniz, nossos convidados, que muito nos honram com suas presenças e contribuições. Agradeço também a todos os demais presentes e à nossa Consultoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Antes, porém, convoco reunião ordinária para o dia 22 de maio, às 14h30min.

Muito obrigada.